

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.482.468 - MA (2014/0239481-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : JOÃO CASTELO RIBEIRO GONÇALVES  
**ADVOGADOS** : SÔNIA MARIA LOPES COELHO - MA003811  
JOSÉ ALBERTO SANTOS PENHA - MA007221  
**RECORRIDO** : ELIR JESUS GOMES  
**ADVOGADO** : MARIA CELESTE SANTOS SOUSA - MA004896

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por JOÃO CASTELO RIBEIRO GONÇALVES, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, no intuito de reformar acórdão (fls. 122/129, e-STJ) proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DE EXECUÇÃO. DECISÃO QUE AUTORIZOU PENHORA APÓS ATUALIZAÇÃO DOS CÁLCULOS DA DÍVIDA. REGULARIDADE. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO PARA SATISFAÇÃO DO CRÉDITO. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. AGRAVO IMPROVIDO.

I. A simples juntada de cálculo de atualização do débito pela parte credora, em ação de execução fundada em título executivo extrajudicial (nota promissória), não se configura como documento novo, razão pela qual torna-se desnecessária a intimação da parte contrária, ainda mais porque eventual excesso poderá ser impugnado pelo devedor, através de embargos.

II. "Embora deva a execução ser processada do modo menos gravoso ao devedor, ela há de realizar-se no interesse do credor, que busca, pela penhora, a satisfação da dívida inadimplida." (AgRg no REsp 476596/RS - Relatora Ministra Maria Isabel Gallotti. DJe: 23.03.2012).

III. A discussão acerca da incidência de penhora sobre bens que compõem a meação de cônjuge do executado não merece amparo, já que deve o agravante defender, tão somente, direito próprio. Ademais, a sistemática de proteção da meação, consoante entendimento do STJ, é no sentido de ser possível que os bens indivisíveis sejam levados à hasta pública por inteiro, reservando-se ao cônjuge meeiro a metade do preço obtido.

IV. Agravo conhecido e improvido.

Opostos embargos de declaração (fls. 140/157, e-STJ), estes foram rejeitados (fls. 159/165, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 169/198, e-STJ), o recorrente aponta ofensa aos seguintes dispositivos de lei federal: **a)** artigo 535, do CPC/73, aduzindo que o Tribunal *a quo* foi omissivo ao não analisar pontos essenciais para o deslinde da controvérsia, sendo estes os artigos 398 e 620, do CPC/73; **b)** artigos 398 e 620, ambos do CPC/73, suscitando que houve violação aos dispositivos supracitados pois o Tribunal não intimou o

executado para falar sobre os cálculos da execução, gerando prejuízo a este ao passo que o juiz acolheu o pedido e o valor apontado pelo exequente. Aponta ainda dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões (fls. 221/225, e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade, admitiu-se o processamento do recurso especial (fls. 227/229, e-STJ).

É o relatório. Decide-se.

O recurso não comporta provimento.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 535 do CPC/73 quando o tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, a corte estadual não está obrigada a se pronunciar sobre todos os pontos invocados pelas partes, apenas aqueles necessários à solução da lide, conforme a jurisprudência deste STJ.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Alegou o recorrente que o acórdão impugnado restou omissos quanto à aplicação dos artigos 358 e 620 do CPC/15 ao caso concreto. Verifica-se, conforme os trechos a seguir citados, que o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão decidiu de modo fundamentado as questões essenciais ao deslinde da controvérsia. Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. Não prosperam as alegações quanto à necessidade de anulação da decisão que autorizou a penhora de bens do recorrente em virtude de afronta aos art. 358 e 620 do CPC/73.

De acordo com a consolidada jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça, não deve ser declarada a nulidade dos atos processuais se não houver a efetiva demonstração de prejuízo às partes (pas de nullité sans grief).

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO CONDENATÓRIA - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA RECURSAL DAS DEMANDADAS. [...] 2. Os princípios norteadores das nulidades processuais determinam que na ausência do efetivo prejuízo, não deve ser declarada a nulidade processual. Incidência da Súmula 83/STJ. [...] (AgInt nos EDcl no REsp 1726601/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 23/04/2019, DJe 26/04/2019)

RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. DIREITO DE FAMÍLIA. LITISCONSÓRCIO. DEPOIMENTO PESSOAL. PARTE CONTRÁRIA. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 343 DO CPC/1973. ATUAL ART. 385 DO

NCPC/2015. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE AFASTADA. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. [...] 3. O sistema das nulidades processuais é informado pela máxima "pas de nullité sans grief", segundo a qual não se decreta nulidade sem prejuízo 4. Recurso especial não provido. (REsp 1291096/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/06/2016, DJe 07/06/2016)

Segundo os autos, a Corte de origem manteve a decisão interlocutória que, em sede de ação de execução de título extrajudicial determinou a penhora de bens do insurgente.

Essencialmente, o Tribunal *a quo* verificou que não houve prejuízo ao executado com a falta de intimação para se manifestar a respeito da apresentação de cálculos atualizados, pois a ausência de comunicação não impediu o ora insurgente de apresentar sua defesa por meio de embargos.

Cita-se o excerto correspondente (fls. 128-127 e-STJ, sem grifos no original):

Isto porque o argumento da suposta violação aos princípios do contraditório, ampla defesa e devido processo legal não merece prosperar diante do simples acolhimento, pelo magistrado de primeiro grau, do pedido de penhora sobre bens de propriedade do devedor, nos autos da ação executiva que tramita desde o ano de 1996, fundada em título executivo extrajudicial - nota promissória - com fulcro no art. 585, I, CPC.

De acordo com a nova sistemática processual, na execução por quantia certa contra devedor solvente - situação dos autos originários - o executado será citado para efetuar o pagamento da dívida no prazo de três dias (art. 652, CPC), não mais se esperando a nomeação de bens à penhora, mas, a própria satisfação da obrigação mediante o pagamento, após a fluência do prazo.

Permanecendo inerte, pode o credor apresentar indicação de bens para realização de penhora, situação permitida desde a propositura da ação (§ 20, art. 652, CPC), em obediência ao princípio da responsabilidade patrimonial, segundo o qual o devedor responde, para o cumprimento de suas obrigações, com todos os seus bens presentes e futuros, ressalvadas apenas as restrições legais (art. 591 CPC).

Do mesmo modo, é ônus do exequente a apresentação de demonstrativo de débito, documento este essencial, inclusive, à propositura da ação', sendo razoável seja procedida sua atualização, em especial em face do enorme lapso temporal já decorrido após o ajuizamento da demanda.

Ora, tratando-se de comportamento autorizado pela lei adjetiva, não há falar em mácula ao princípio do contraditório ou do devido processo legal, mesmo porque é através dos embargos que o devedor pode discutir eventual excesso na execução ou irregularidade dos cálculos apresentados (arts. 736 e seguintes do CPC).

Não se pode olvidar que, embora o art. 620 do diploma processual civil<sup>2</sup> estabeleça que execução deva prosseguir da forma menos gravosa para o devedor - quando existentes várias técnicas processuais, igualmente idôneas, para realização do direito do credor - "a execução realiza-se no interesse do exequente, que tem direito à tutela jurisdicional adequada e efetiva (arts. 5º, XXXV CRFB e 612 CPC)"<sup>3</sup>.

Dessa forma, o princípio da menor onerosidade para o devedor não pode

# *Superior Tribunal de Justiça*

servir de escudo para o mau pagador. A esse respeito, merecem destaque as palavras do professor Misael Montenegro Filho<sup>4</sup>:

O acórdão impugnado acompanhou nesse ponto a orientação firmada no âmbito deste Superior Tribunal de Justiça. Aplica-se, portanto, o óbice enunciado na Sumula 83/STJ: *Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida.*

**3.** Do exposto, nega-se provimento ao agravo em recurso especial. Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI  
Relator